



## Recursos da conta única

# Finanças aprecia parecer na próxima semana

**A** Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer do relator, deputado Jorginho Mello (PSDB), limitando o acesso aos recursos da conta única do Poder Judiciário, proposto pelo governo, às ações em que é parte. Se não houver modificações na Comissão de Finanças, que a aprecia na próxima semana, a nova proposta vai permitir que o Executivo tenha acesso a cerca de R\$ 80 milhões depositados judicialmente.

Os recursos serão utilizados, conforme a proposta aprovada, exclusivamente no pagamento da defensoria dativa – cerca de R\$ 18 milhões, à vis-

ta, a advogados que cuidam de causas de pessoas sem condições para pagar os custos da Justiça -, de precatórios judiciais e investimento e custeio em segurança pública, como o reajuste salarial aprovado para os servidores do setor.

Na Comissão de Finanças, caberá ao deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), a elaboração do relatório a ser apreciado possivelmente na próxima reunião (quarta-feira, 25). Se não houver mudanças, caberá ao Plenário aprovar ou não a utilização pela administração estadual de cerca de R\$ 80 milhões depositados na conta única, referentes a ações em que é parte.

(foto Jonas Lemus Campos)



CCJ aprovou mudanças propostas pelos parlamentares ao relatório de Mello

Página 5

## BR-101: ministro diz que duplicação só não sai por “força judicial”

Em sua rápida passagem por Florianópolis, no final da manhã de quinta-feira (19), o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, reiterou promessa do governo federal de iniciar as obras da duplicação da BR-101, trecho sul, ainda neste ano.

Nascimento assinou diversas ordens de serviço para restauração e recuperação das cinco rodovias federais em Santa Catarina (BRs 101, 116, 280, 282 e 470) e obras pontuais, como é o caso dos acessos da BR-101 a Criciúma, ligação Timbó-Indaial, acesso da BR-470 a Blumenau, continuidade do acesso sul da BR-101 para Joinville e o acesso a Cha-

pecó, num total de R\$ 64 milhões. O evento reuniu o governador Luiz Henrique da Silveira, a senadora Ideli Salvatti (PT), o secretário especial da Aquicultura e Pesca, José Fritsch, os deputados federais Jorge Boeira (PT), Adelar Vieira (PMDB) e Mauro Passos (PT) e estaduais, Manoel Mota (PMDB), Afrânio Boppré (PT) e Francisco Küster (PSDB), entre dezenas de autoridades. “Além dessas obras, teremos, até o fim do ano, o início da duplicação do trecho sul da BR-101, que só não começará se for impedida por força de ordem judicial”, afirmou o ministro.

Ele também anun-

ciou a inclusão de R\$ 16 milhões, no Orçamento de 2005, para retificação dos molhes do porto de Imbituba. No porto de Laguna, já foram retomadas as obras de retificação dos molhes, com aplicação de R\$ 12 milhões, depois que o governo federal pagou atrasados que estavam pendentes desde 2002. O deputado Manoel Mota e o coordenador do Comitê da Marcha pela Duplicação do trecho sul da BR-101, composto por 27 municípios (17 catarinenses), presidente da Câmara de Vereadores de Içara, Wagner Pizzetti, entregaram um documento ao ministro pedindo a agilização para o começo das obras da rodovia. (CA)

## Catarinenses dão adeus a Dib Cherem



Página 3

## Fórum do Aquífero

O Fórum Parlamentar Permanente para Preservação do Aquífero Guarani e da Bacia do Uruguai, presidido pelo deputado padre Pedro Baldissera, líder do PT, realizou o quinto seminário de um ciclo que prevê mais quatro encontros regionais, em São Joaquim, Planalto Serrano. O encontro reuniu professores, alunos da rede escolar, lideranças políticas e comunitárias, especialistas e técnicos.

Página 5

## Entrevista

Consórcio de municípios no sul reverte em benefícios ambientais

Página 6

Legislação Participativa aprecia primeiras propostas

Página 4



Deputado Mota entrega documento reivindicando a duplicação do trecho sul

## Reforma política adormece no Congresso

No período eleitoral, as atenções se voltam aos burburinhos da política. É notável o farto material de candidatos estampados em todos os cantos da cidade, os comícios surgem e a imprensa divulga os resultados das pesquisas eleitorais. Com o início das propagandas políticas, a população é atraída, muitas vezes sem querer, a mergulhar no mundo da arte e da eloquência política.

No meio dessa atmosfera, atualmente disputando os holofotes com as Olimpíadas, "adormece" no Congresso Nacional o projeto da Reforma Política, que está longe da discussão popular. Há que despertar a sociedade para debater o assunto, visto que o mesmo poderá entrar na pauta após as eleições de outubro.

Entre todas as reformas previstas, esta talvez seja a que mexerá substancialmente com a cultura brasileira. Da forma que está relatada pelo deputado federal Ronaldo Caiado (PFL), e prevista para votação, as mudanças serão radicais em relação ao sistema eleitoral que vigora no país, contemplando também outros aspectos em relação à fidelidade partidária, coligações, propaganda eleitoral e financiamento de campanha.

Se, atualmente, fosse aplicada uma pesquisa à população com a pergunta: "Você vota no candidato ou no partido?", é inegável que uma parcela significativa da população escolheria a

primeira opção. Com a proposta, o atual sistema eleitoral (listas abertas) passa para listas pré-ordenadas (fechadas); o eleitor votará numa lista partidária em vez de votar no candidato individualmente. Uma alteração que mexe com os costumes e até mesmo com a cultura do povo.

Essa mudança fortalecerá as agremiações partidárias, bem como servirá para conscientizar as pessoas sobre a ideologia e o projeto de sociedade que cada partido defende. Além disso, contribuirá para acabar com a "dança das cadeiras". Para refletir, entre o dia das eleições, em 2002, até a posse em 2003, mais de 30 parlamentares infringiram sua fidelidade partidária e migraram para outros partidos, antes mesmo de iniciarem seus trabalhos na Câmara Federal.

Outra questão que está em pauta e vem ao encontro da disputa política justa, é o financiamento público de campanha, que só será viável com a alteração do sistema eleitoral. Do modo como está, os órgãos eleitorais não têm condições de fiscalizar e acompanhar as finanças de todas as campanhas.

Por todos esses pontos polêmicos, é fundamental que a população participe desse processo. Enquanto a Reforma adormece no Congresso, cabe a nós mobilizarmos a sociedade para ampliar o debate em todo o país. Assim, nas eleições de 2006, o período eleitoral se tornará mais consolidado.

**Deputado Francisco de Assis Nunes (PT)**

## Votação madura e desprendida

No dia 29 de junho do corrente ano, recebi a incumbência de relatar o Projeto de Lei nº 250/04, enviado pelo governo do Estado, que "dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais e estabelece outras providências", sendo conhecido como Projeto da Conta Única. Após um exaustivo estudo, tendo como parâmetros leis federais e estaduais, pareceres de eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal e as mais diversas jurisprudências, além de debates com a nossa bancada estadual do PSDB e as de outros partidos políticos, elaboramos um parecer, o qual foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

Acreditando que foi um parecer votado com desprendimento e maturidade dos senhores deputados, coerência, bom senso e equilíbrio, este projeto permitirá que a Defensoria Dativa, que tem um crédito antigo e histórico com o Poder Executivo, que os pagamentos de precatórios judiciais atrasados de qualquer natureza e dos investimentos em custeio e segurança pública recebam um incremento substancial financeiro para, pelo menos, amenizar estas situações.

Mas o fato significativo deste nosso relato,

sem falsa modesta, é relativo aos depósitos judiciais em dinheiro, referentes aos processos em que o Estado de Santa Catarina ou suas autarquias, fundações e sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente sejam parte.

Sob a vigilância e a guarda da lei exercida pelo Poder Judiciário do Estado, através do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos à Disposição da Justiça, em conformidade com a Lei nº 11.664, de 22 de dezembro de 2000, serão disponibilizados apenas os depósitos nos litígios que tenham, ativa ou passivamente, o Estado como parte, coibindo a retirada de dinheiro daquelas litigâncias entre pessoas jurídicas e ou físicas.

Enfim, o presente projeto trata de recursos de natureza especial. Não se está diante de recursos de natureza constitucional que são devidamente alocados aos poderes do Estado. Deste modo, não violando dispositivos das constituições Estadual e Federal, que asseguram autonomia financeira e administrativa aos poderes estaduais, esta aprovação representa um marco nas relações harmônicas independentes que norteiam a democracia de nosso Estado.

**Deputado Jorginho Mello (líder do PSDB)**

## Obras garantirão segurança e conforto

Desde o dia 5 de agosto está em execução a obra de reforma do Plenário, que tem como objetivo criar condições que garantam a segurança e a comodidade dos deputados, autoridades e cidadãos que participam de sessões e eventos que acontecem no local. Além da questão de segurança, a obra, que terá duração de dois meses, prevê a adaptação do Plenário, possibilitando maior transparência às atividades dos parlamentares, já que o madeiramento, em estado precário, e os vidros foscos até hoje existentes, darão lugar a vidros transparentes – a última reforma no local foi feita em 2000 para a troca de carpete no seu interior e a colocação de granito nas áreas de circulação, necessários após a ocorrência de uma enxurrada.

Planejada desde o início da atual gestão da Mesa, esta mudança acontece em função das constantes reclamações dos parlamentares sobre as condi-

ções inadequadas das instalações. O teto estava comprometido, havia insegurança nas galerias pela ausência de corrimão e guarda-corpo, era ineficiente o sistema de ar condicionado, além da situação precária em que se encontravam os banheiros.

O projeto foi desenvolvido pela Divisão de Engenharia e Serviços Técnicos da Alesc, com o apoio de um profissional especializado, e sua execução decorreu de processo licitatório, conforme estabelece a legislação. Devido às demais variáveis que envolvem a reforma, foi realizada licitação na modalidade pregão presencial, para aquisição dos móveis e carpete. Do mesmo modo, está sendo promovida licitação na modalidade pregão para a reforma das cadeiras dos deputados, adquiridas em 1970 e que estavam ergonomicamente inadequadas. Durante o período em que ocorrer este trabalho, as sessões ordinárias acontecem no Plenarinho da Assembléia. (MOR)

(foto Jonas Lemos Campos)



### O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

### Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

## JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Titon (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PP)

**3º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**4º Secretário:** Genésio Goulart (PMDB)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Edição:** Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenador:** Celso A. S. da Rosa

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

**Estagiária:** Elisa Alba da Silva

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

**Estagiários Prog. Antonieta de Barros:** Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

**Revisão:** Verlaine Silveira

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

# Santa Catarina perde Dib Cherem

O falecimento do ex-deputado Dib Cherem foi o motivo do encerramento da sessão ordinária de terça-feira (17), e os parlamentares prestaram suas homenagens. O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), atendendo solicitação do deputado Manoel Mota (PMDB), transferiu a ordem do dia para a sessão subsequente. O ex-parlamentar, aos 75 anos, sofreu um infarto na madrugada de segunda-feira (16).

Morastoni afirmou, durante a sessão, que Cherem foi uma personalidade política importante para Santa Catarina, onde deixou sua marca. "Cherem foi um grande político, grande orador e uma figura respeitada por todos, seja do meio político ou não", disse.

Segundo Mota, Cherem prestou relevantes serviços ao Estado. "Suas atitudes eram de homem justo." Para Ode de Jesus (PL), o homenageado deixará saudades, pois "contribuiu para o progresso, plantou para os outros colherem e colaborou muito para o desenvolvimento de Florianópolis". Narcizo Parisotto, líder do PTB, fez coro com os demais parlamentares. "Tive mais conhecimento depois de seu falecimento, mas vou me associar às mensagens positivas de meus colegas e render homenagens a uma figura tão importante." Da mesma forma comentou o líder do PT, Pedro Baldissera: "A po-

lítica estadual e nacional perde um grande lutador, um homem que fazia da política um grande instrumento para proporcionar a comunhão entre cidadãos e cidadãs".

O líder do PSDB, deputado Jorginho Mello, salientou a característica de grande conciliador, rara na política atual, do ex-deputado. "Cherem era um paizão, sempre preocupado em conciliar as partes para todos saírem satisfeitos", comentou. César Cim, líder do PDT, comparou-o a Leonel Brizola, morto recentemente. "Eles tinham em comum o fato de ter passado duas lições de sentimento político:

tratar as questões públicas acima das convicções pessoais e não ser seduzido pelo poder. Homem sério, preocupado com a valorização partidária, Cherem foi a maior expressão política do Vale do Rio Tijucas", frisou o parlamentar, também tijuicano.

"Um exemplo a ser seguido por todos os políticos do Estado. O cenário político catarinense perde um grande conselheiro", afirmou o líder do PP, Joares Ponticelli. O líder do PFL, Antônio Ceron, destacou a humildade com que Cherem conduziu sua vida pública, inscrevendo-a na história de Santa Catarina. (DAB/TK/RV)



Há duas semanas, Dib prestigiou lançamento de livro do ex-deputado Antônio Pichetti, na AL

## O homem

Natural de Tijucas, Dib Cherem bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1952. Foi vice-presidente do Diretório Acadêmico e redator-chefe do jornal Folha Acadêmica, que pertencia ao curso.

Como jornalista, foi locutor, redator e diretor da Rádio Guarujá e colaborador dos jornais Diário da Manhã e O Estado, de Florianópolis. Em 1954, foi eleito vereador para a Câmara de Florianópolis, e elegeu-se prefeito da capital em 1959 e 1975. Foi suplente de deputado estadual de 1959 a 1963, deputado estadual de 1963 a 1967, secretário de Estado nos governos Celso Ramos e Ivo Silveira, deputado federal de 1971 a 1978, líder da bancada e do governo Ernesto Geisel na Câmara dos Deputados.

Na área da literatura, Cherem tem várias obras publicadas sobre política e administração pública, entre elas "Municipalismo" (1972) e "Reforma da Justiça Eleitoral e Organização dos Partidos Políticos".

Em 20 de fevereiro de 1979, foi nomeado para a função de conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado), pelo governador Antônio Carlos Konder Reis, através do artigo 81, § 3º, da Constituição Estadual, e Ato nº 0299, de 20 de fevereiro de 1979. Cherem tomou posse como conselheiro em 1º de março de 1979. Foi presidente nos biênios 84/85 e 89/90. Era membro do Conselho Superior da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista. Aposentou-se em 23 de abril de 1999.

Pesquisa e texto: Valdelei Rouver (Assessoria de Comunicação Social - Acom)

Fonte: Livro de Registro de Posse, vol. II, p.20

# Telejornal da Assembléia completa um ano

O Jornal da Assembléia, telejornal produzido e transmitido pela TVAL, completou na quinta-feira (19) um ano de cobertura de tudo o que acontece no Legislativo, além de abordar os fatos políticos catarinenses mais importantes e apresentar notícias nacionais e reportagens da Radiobrás. O jornal é apenas um dos mais de 10 programas da TV da Assembléia Legislativa do Estado, uma emissora pública voltada para o acesso democrático à informação.

Com a nova gestão, a orientação foi de que a direção da TVAL criasse um programa para ampliar e agilizar as informações do Legislativo catarinense. Foi então que, após muito debate, decidiu-se criar o Jornal da Assembléia. Foi estipulado que seriam duas edições, uma no



Parte da equipe responsável pelo telejornal, pouco antes de entrar no ar

início da tarde e a outra no início da noite. "Foram feitos sete pilotos e todos deram certo, sem nenhum erro", rememora Léo Borba, produtor-chefe.

Antes da criação do jornal, todas as informações entravam no meio da programação sem horário estipulado. "Já tivemos notícias de que só foram ao ar um dia depois

porque tínhamos que editar, e a edição era feita em outro lugar", conta Cláudio Schuster, diretor da TVAL. Além de horário definido, o número de informações aumentou.

Segundo Schuster, o telejornal procura apresentar questões importantes, não só da política, como também do ponto de

vista da cidadania. Tratamentos alternativos, inclusão social, saneamento básico, uso da água são apenas alguns dos assuntos mostrados pelo noticiário. O maior objetivo de seus idealizadores era levar algo mais importante para o público. "Por causa de assuntos debatidos no jornal, muitos deputados já promoveram discussões na Alesc", assinala o diretor.

## Audiência

A TVAL é sintonizada em 19 municípios catarinenses através da rede de TV a cabo e agora também pela antena parabólica. Desde o dia 31 de maio, o Jornal da Assembléia e a Revista da Semana, passaram a ser exibidos pela TV Executiva da Embratel, captada em todo o Estado por antenas parabólicas analógicas. Os horários de transmissão são às 12h30min, na segunda, quarta, quinta e sexta, e às 12 horas na terça-feira. Para assistir ao jornal através da parabólica, sintoniza-se os canais 13,17 e 18, entre a Rede Vida e o Canal Futura.

Pela rede de TV a cabo, de segunda a quinta-feira o jornal é transmitido em duas edições ao

vivo. Nas segundas, quartas e quintas é transmitido às 12h30min e 18h30min, com reprise às 16 e 23 horas, e na terça-feira às 12 horas e 18h30min, com reprise às 23 horas. Durante as edições das 12 horas e 12h30min, os telespectadores podem fazer perguntas aos deputados, que serão respondidas nas edições seguintes, pelo telefone 0800-6457890.

Nas sextas-feiras, é feito um resumo dos principais fatos da semana, transmitido no programa chamado Revista da Semana, com a participação do economista José Alvaro Cardoso, nos horários das 12h30min, 16 horas, 18h30min e 23 horas. (GMP)

# SC Genéricos: Vianna não esclarece dúvidas

**A**s explicações dadas por Renato de Mello Vianna, presidente do Badesc – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. –, sobre a venda do Laboratório Elofar para a iniciativa privada, não foram suficientes para convencer a maioria dos parlamentares da Comissão de Finanças sobre a lisura da transação. Vianna compareceu na quarta-feira (18) à Comissão, atendendo requerimento de iniciativa dos líderes do PP e do PFL, deputados Joares Ponticelli e Antônio Ceron, respectivamente.

O Laboratório Elofar, pertencente à Indústria Catarinense de Genéricos (SC Genéricos), foi vendido para a empresa paulista Multitrade em setembro do ano passado, por R\$ 8,29 milhões, e segundo os parlamentares a venda ocorreu sem licitação e com o conhecimento do

presidente do Banco.

Durante os 40 minutos em que fez sua exposição, Vianna limitou-se a dizer que não sabia da transação, que é do conhecimento do Ministério Público e da Procuradoria do Estado, e que o assunto será encaminhado ao Poder Judiciário. Ele irritou o deputado Ceron, ao afirmar que este teria envolvimento no caso por ter sido presidente do Conselho de Administração da empresa, na administração estadual. A afirmação foi contestada por Ceron, que na verdade foi vice-presidente, e depois retificada por Vianna. O presidente do Badesc também insinuou um possível envolvimento do deputado Reno Caramori (PP), pelo fato do ex-diretor do Badesc, Pedro Ananias Alves, ser casado com uma irmã do parla-



Vianna (à direita, no microfone) surpreendeu deputados e não esclareceu transação

mentar, e ainda que os deputados Ponticelli e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) sabiam da venda do laboratório Elofar. Vieirão, por ser presidente do Conselho, e Ponticelli por ser líder

do governo Esperidião Amin, na época. “O senhor está colocando sob suspeição o nome de vários parlamentares. Estou decepcionado. Tinha o senhor por uma pessoa com equilíbrio”, ma-

nifestou-se Ceron, que foi ainda mais longe: “O senhor acha que eu tenho cara de bobo, deputado Vianna? Eu quero a verdade para Santa Catarina”.

Ponticelli, ao fazer uso da palavra, disse que será feita outra convocação, inclusive de outros nomes, e possivelmente até a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). O líder do PMDB, deputado Manoel Motta, disse que concorda com a criação da CPI, caso seja necessário, para esclarecer todos os fatos à população catarinense. “O Renato Vianna é um homem digno e honrado. Vamos apurar os fatos e ver quem vai pagar a conta”. (RMPP/SD)

## Legislação Participativa aprova primeiras matérias

**R**ecentemente criada para aproximar a sociedade civil organizada do parlamento estadual, permitindo sua participação mais efetiva na elaboração de propostas de projetos de Lei, a Comissão de Legislação Participativa, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), apreciou, oficialmente, as primeiras sugestões na reunião da manhã de quarta-feira (18).

Foi aprovada a admissibilidade para o trâmite normal, conforme determina o regimento interno da Casa, das sugestões de

criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, de colégios especiais para alunos agressivos, delinquentes e professores especializados nas áreas, e a indicação ao governo do Estado para instalação de delegacias especializadas em crimes e discriminações contra homossexuais.

Com a admissibilidade aprovada por unanimidade, o relator da sugestão encaminhada pela Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) que dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Social, deputa-



Os deputados Vieirão, Ponticelli, Dionei, Djalma e Eccel, durante a reunião

do Joares Ponticelli (PP), elogiou a importância da proposição. “Entendo ser iniciativa de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social. Objetiva a instituição, com isso, a inclusão social, com a geração de empregos e tendo como partícipes o empresariado, os trabalhadores e o governo com a implementação de políticas públicas que resultem em crescimento para Santa Catarina”, observou o parlamentar, ao votar favoravelmente.

A análise da indicação da proposta

de instalação de delegacias especializadas em crimes e discriminações contra homossexuais, bem como a criação de colégios especiais para alunos agressivos, delinquentes e professores especializados nas áreas seguirão o trâmite legal (apreciação pelas comissões permanentes). Esta última recebeu voto desfavorável do relator Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), derrubado pelos demais deputados membros presentes. Antônio Ceron (PFL) foi designado relator do voto vencedor, decidindo pela tramitação da matéria para ser apreciada a sua constitucionalidade na CCJ e o mérito na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

A Comissão de Participação Legislativa recebeu correspondência da Câmara Municipal de São Joaquim solicitando informações sobre o seu funcionamento, com a pretensão de, futuramente, ser implantado naquele município. “Isso é muito interessante. Recém-criada, essa comissão já está servindo como exemplo”, destacou o presidente Dionei. Participaram ainda da reunião os deputados Djalma Berger (PSDB), Paulo Eccel (PT) e Jorginho Mello (PSDB). (CA)

## Ceron rebate acusações

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, usou quase todo seu tempo na tribuna, na tarde do dia 18, para rebater acusações e comentários feitos pelo presidente do Badesc, Renato Vianna. Em Plenário, o deputado disse estar surpreso com o comportamento de Vianna na reunião. “Além de estar visivelmente alterado, durante os 40 minutos que Vianna usou para explicar-se, não respondeu a uma pergunta sequer”, comentou Ceron, que chegou a ser acusado de envolvimento no caso. “Tive de informá-lo que eu era vice-presidente e meu único pecado foi ter assinado o requerimento que deu origem a todo o processo”, completou.

O parlamentar fez questão de frisar, novamente, que não teve nada a ver com o caso Elofar. “Só se eu fosse muito estúpido para estar envolvido com o caso e ainda marcar uma reunião para esclarecer os fatos”, afirmou, completando: “Nunca pensei que Renato Vianna pudesse usar um argumento tão estúpido. Em todos os meus anos de vida pública, não tenho nada do que me envergonhar”, finalizou. (TK)

Conta única

# Projeto ainda alimenta controvérsias

A admissibilidade do projeto que autoriza o governo do Estado a usar recursos de depósitos judiciais de ações nas quais seja parte foi aprovada na tarde de hoje terça-feira (17), pela Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL). Os deputados progressistas, Joares Ponticelli (PP) e Celestino Secco (PP), abstiveram-se de votar.

O relator da matéria, deputado Jorginho Mello (PSDB), apresentou também um novo parecer acatando algumas das alterações propostas na reunião da CCJ realizada pela manhã. O relator manteve o uso de 100% dos recursos nas ações em que o Estado seja parte, mas determina que seja aplicado "exclusivamente" no pagamento da defensoria dativa, de precatórios judiciais e investimento e cus-

teio em segurança pública, como o reajuste salarial aprovado para os servidores do setor.

Também ficou determinado que, encerrada a contenda judicial e em caso de condenação do Estado, o valor do depósito, acrescido da remuneração legal, será liberado ao beneficiário no prazo máximo de três dias. Se o valor não for reposto na conta única haverá o sequestro compulsório na conta única do Tesouro do Estado. As três sugestões acatadas foram apresentadas pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB).

**Cautela** - Os deputados petistas Dionei Walter da Silva e Pedro Baldissera foram favoráveis à aprovação da admissibilidade da matéria, mas adiantaram que isso não representa a posição quanto ao mérito e que esta deverá ser discuti-

da em reunião com a bancada. Os deputados Joares Ponticelli e Celestino Secco reafirmaram a posição pelo uso de apenas 50%, conforme previsto em lei federal. Ponticelli chegou a pedir vista em gabinete para uma análise mais detalhada da matéria, mas o pedido não foi aceito pelo presidente da CCJ, devido ao fim do prazo regimental para análise na Comissão. E afirmou: "Considero um desrespeito a negativa ao meu pedido de vista. Queria poder conversar sobre esta nova proposta com minha bancada", reclamou.

Se não houver modificações na análise a ser feita pelo relator designado pela Comissão de Finanças, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), caberá ao Plenário aprovar ou não o uso pelo governo estadual, de aproximadamente R\$ 80 milhões da conta única. (SD)

## Audiência pública

A audiência pública marcada para o dia 17, no Legislativo, para discutir com magistrados, Ministério Público e OAB/SC o projeto da conta única, foi adiada em atendimento a requerimento com cinco assinaturas parlamentares, apresentado ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Julio Garcia. Deputados da oposição, principalmente, querem a realização do debate antes do encaminhamento do projeto ao Plenário.

# Região Serrana debate preservação de água

A criação de um Comitê Nacional destinado a convergir esforços, discutir e encaminhar ações e políticas para a preservação do Aquífero Guarani e a Bacia do Rio Uruguai foi anunciada pelo secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Sérgio Godinho (PTB), no quinto seminário realizado pelo Fórum Parlamentar Permanente para preservação do Aquífero e da Bacia, em São Joaquim, no dia 13. "A meta é unirmos os sete estados que estão sobre o Aquífero Guarani - Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul", explicou Godinho.

Conduzido pelo deputado Francisco Küster (PSDB), representando o presidente do Fórum, deputado padre Pedro Baldissera (PT), o seminário

reuniu prefeitos, vice-prefeitos e vereadores da região, além de técnicos da Epagri, Fatma (Fundação do Meio Ambiente), Secretaria de Desenvolvimento Regional, professores e alunos do Colégio Estadual Rocha Pombo. "A conscientização da população é imprescindível neste processo", assinalou Küster na abertura.

Desde sua criação, em março, por iniciativa de Godinho, antes de licenciar-se como deputado, o Fórum já levou o debate através dos seminários a Curitiba, Chapecó, Campos Novos e Lages, conforme seu coordenador, Idelvino Furlaneto. Em parceria com as universidades, secretarias estaduais regionais e prefeituras, os seminários são estruturados em palestras pela manhã e oficinas de trabalho na parte da tarde.

Servidor federal cedido a Santa Catarina, o geólogo do Deintra (Departamento Estadual de Infra-estrutura), Victor Hugo Bicca, também eleito secretário executivo do Fórum, há mais de 15 anos está envolvido com o árduo trabalho objetivando a preservação das Bacias do Uruguai e do Prata (segunda maior bacia hidrográfica do planeta) e do Aquífero Guarani. Ele participa de todos os encontros como palestrante. "O maior problema, o mais grave, é a falta de saneamento básico, de tratamento de esgoto", salientou Bicca. Com os recursos de US\$ 700 mil disponibilizados a fundo perdido pelo Banco Mundial há duas semanas, dentro do programa da instituição de financiar projetos para preservação de água, o governo catarinense, segundo afirmou Godinho, pretende elaborar o Plano Diretor para Recuperação Hidrográfica na Região Serrana.

Na área que abrange São Joaquim - o Planalto de Lages -, são 31 municípios assentados em cima do Aquífero e integrados à Bacia do Uruguai. "Somos como uma manada de bois pisoteando o meio ambiente. Por isso, temos que aprender a fazer o manejo, como é feito na criação de gado", comparou a professora Lúcia Ceccato, que palestrou sobre gestão de recursos hídricos e preservação dos Rios Canoas e Pelotas. O primeiro passa por Lages, São Joaquim e Urubici e junta-se com



Márcia Reginatto, da Epagri. Ao fundo, deputado Küster e Furlanetto

o segundo no município de Celso Ramos para formar o Rio Uruguai.

Na mesma linha, de reavaliação de atitudes nas frentes econômica e social, principalmente, e da necessidade de educação ambiental intensiva e continuada, a professora Márcia Reginatto, da Epagri/Lages, contou o passo a passo para a implantação da Agenda 21, em Lages. "Desde a Eco 92, que reuniu 177 países no Rio de Janeiro, que assinaram documentos de compromisso com o meio ambiente, pouquíssimos municípios implementaram sua Agenda local. E isto é fundamental para que o conceito de desenvolvimento sustentável passe para a prática", resumiu ela.

Encerrando as atividades do seminário, foram realizadas

duas oficinas na parte da tarde, uma sobre conceitos básicos de educação ambiental, e outra dirigida a prefeitos, vereadores e candidatos, além de lideranças comunitárias, abordando legislação ambiental.

**Reserva** - O Aquífero Guarani é um conjunto de rochas armazenadoras de água com cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, sendo a principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e uma das maiores do mundo, com 71% de sua área em terras brasileiras. A Bacia do Uruguai totaliza 2.200 quilômetros, sendo uma das maiores da Região Sul do país. Da população catarinense, aproximadamente 30% vivem em municípios abrangidos por esta Bacia. (MMV)



Professora Lúcia Ceccato, durante exposição sobre os rios Pelotas e Canoas

# Consórcio garante tratamento correto do lixo

Denise Arruda Bortolon

O projeto Cirsures (Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul), de reciclagem de lixo, que atende os municípios de Urussanga, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Orleans, Treviso e Cocal do Sul, foi classificado entre os dez melhores do país pelo Prêmio Caixa - Melhores Práticas. Com isso, também concorre ao Best Practices, de Barcelona, que premia as melhores práticas ambientais do mundo. O projeto, situado em Urussanga, foi idealizado pelo vice-prefeito e pesquisador da Epagri, Emílio Della Bruna, formado em Agronomia, pós-graduado em Gerência de Cidades e Mestre em Microbiologia Agrícola.

**AL Notícias** - Como surgiu a idéia de montar o Consórcio?

**Emílio Della Bruna** - Durante o dia-a-dia, nós vamos tentando resolver os problemas, e a solução era juntar os municípios. Entre juntar e formar um consórcio, tinha várias maneiras de trabalhar, mas a decisão técnica dos advogados e administradores acabou optando pela melhor forma, que foi o consórcio. Nós pensamos também em fazer uma fundação, ou associação cooperativa, pensamos muitas formas, mas a que se prestou juridicamente melhor foi mesmo o consórcio.

**AL Notícias** - Como chegou neste projeto?

**Emílio** - Até 2001, os municípios da região não tinham onde depositar o lixo. Cocal do Sul e Orleans colocavam seu lixo em Urussanga, mas assim que a nova administração assumiu impediu o depósito de lixo de outros municípios no lixão e criou um caos. Tivemos uma reunião com os prefeitos para que eles voltassem a colocar o lixo em Urussanga para tentar resolver o problema imediato, mas, com uma semana sem coletar lixo nessas cidades, ficou uma confusão. Começamos a trabalhar em cima de uma possibilidade de se criar uma ação com relação ao lixo, uma solução definitiva. O desafio era transformar o lixo de um problema em um gerador de empregos e renda. Convidamos os municípios da região para discutir o assunto e organizamos uma excursão para uma experiência de sucesso no noroeste do Rio Grande do Sul, em Três Passos.

**AL Notícias** - A sociedade participa de que maneira?

**Emílio** - A concepção deste projeto parte da premissa da participação da sociedade no seu desenvolvimento. As ações discutidas com a comuni-

dade através dos fóruns municipais de lixo e cidadania foram discutidas junto com as escolas e com as agentes comunitárias de saúde. Também temos um conselho técnico, com dois representantes de cada município para discutir as questões mais técnicas, temos o conselho administrativo, que é a assembléia geral dos prefeitos, que tomam as decisões administrativas e financeiras. É dessa forma que funciona o consórcio, e a participação da sociedade continua na separação do lixo nas casas.

**AL Notícias** - A iniciativa foi escolhida para um prêmio nacional.

**Emílio** - O Prêmio Caixa Melhores Práticas, da Caixa Econômica Federal, foi instituído para premiar os projetos bem-sucedidos no Brasil para que sirvam de exemplo para outras cidades, outras regiões. Participaram 256 projetos no ano passado, e fomos classificados entre os dez melhores. Funciona da seguinte maneira: inscreve-se o projeto e classificam-se os 100 melhores. Destes, ficam 40, depois 20 e, por fim, os dez melhores. Não existem primeiro, segundo e terceiro lugares; existem os dez melhores do país e esses dez são premiados com R\$ 20 mil. Estamos investindo o dinheiro da premiação numa esteira de triagem para os catadores e também organizando uma cooperativa de catadores e um treinamento para eles. Os dez maiores estão representando o Brasil no concurso da ONU Habitate, que acontece em Barcelona e está em fase de avaliação pelo júri.

**AL Notícias** - O que trouxe de benefício para a comunidade?

**Emílio** - O primeiro grande benefício é que agora temos o aterro sanitário para colocar o lixo, Antes só tínhamos o lixão. Ainda temos que melhorar muitas coisas. Estamos começando o processo e faltam recursos para fazer uma série de ações. Na parte estética há dificuldades e na parte de operação até está bom, mas



(fotos Giancarlo Bortoluzzi)

nós temos um aterro sanitário onde colocar o lixo, onde é tratado o chorume (resíduo líquido formado a partir da decomposição de matéria orgânica presente no lixo). O aterro está localizado no bairro Vila América, em Urussanga. Outro grande benefício é que se começou a falar em coleta seletiva. Então, hoje os seis municípios já estão muito atentos a isso, embora de uma maneira muito simples. Acredito que levará uns cinco anos para se conseguir atingir um índice bom, mas pelo menos a sociedade está atenta e está vendo a necessidade de fazer a coleta seletiva, separando o lixo reciclado. Na parte da escola, os estudantes estão muito atentos a isso. Nós organizamos um concurso, e agora estamos com uma gincana entre os municípios. O tema, é claro,

é o lixo. Trabalhamos com teatro, confecção de produtos através do lixo, brinquedos, artesanatos, uma série de ações para fazer com que as escolas se mobilizem e por consequência os pais, para participar do processo de coleta seletiva de lixo.

**AL Notícias** - Como é a participação da comunidade?

**Emílio** - Uma pequena parte já está separando o lixo e uma parcela está esperando para separar quando forem instaladas lixeiras públicas. Isso a gente não tem ainda, não conseguimos colocar, mas esperamos instalar em breve. Há uma outra parcela da população que não concorda. Existem todos os tipos de pensamento, mas a visão geral da sociedade é bastante favorável ao projeto, acreditando que é muito bom e que tem futuro. Portanto, precisamos trabalhar em cima disso, fazer investimentos na parte de educação, divulgação e especialmente infra-estrutura, com lixeiras especiais e caminhões especiais para o lixo reciclável. A maior dificuldade en-

contrada este ano é porque as prefeituras estão no último ano de gestão. Eles estão tendo uma certa resistência em investir no setor, mas com certeza no ano que vem já teremos desde o começo do ano um investimento grande no setor de coleta seletiva de lixo.

**AL Notícias** - E os recursos?

**Emílio** - O nosso projeto é financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente com recursos dos municípios. Hoje, nosso trabalho é financiado com recursos dos municípios.

**AL Notícias** - O consórcio tem pretensão de chegar a outros municípios?

**Emílio** - Criciúma quis participar, mas é uma grande cidade, ficando desproporcional em relação às cidades que são sócias. Uma grande cidade já é difícil.

**AL Notícias** - Alguém fica cuidando do aterro?

**Emílio** - O lixo vai todo para o aterro. Lá tem os nossos catadores, que organizaram uma cooperativa que faz a separação do lixo no local separando uma parte grosseira do lixo reciclável. Isso dá um volume grande. Para o restante, tem um trator de esteira que vai amontoando, compactando e aterrando. É esse pessoal que faz o controle. Não existe funcionário fixo para o trabalho. Eles trabalham todos os dias, da manhã até a noite. Temos um engenheiro ambiental que faz o acompanhamento, junto com os municípios e fazendo a di-

vilgação e organização do processo. Nós temos vários projetos em andamento para buscar recursos junto ao Fundo do Meio Ambiente e no Ministério das Cidades para melhorar essa prática.

**AL Notícias** - O que mudou nos municípios?

**Emílio** - São duas mudanças, a mudança real e a mudança visual. Os municípios acabaram tendo uma atenção especial na coleta de lixo, que melhorou em todos eles, mesmo porque agora têm que seguir o padrão do consórcio. O transporte do lixo também melhorou, pois na verdade os caminhões saíam espalhando lixo pelas estradas, sem controle. Hoje isso não acontece. O caminhão tem que recolher sem espalhar o lixo e o chorume pela cidade. Além do visual, existe a questão ambiental. Agora temos um lugar para colocar o lixo, sem poluição. Com o solo impermeabilizado, o chorume não desce para as camadas profundas de terra, não polui o lençol freático e não tem mais aquele cheiro desagradável. O gás daí proveniente vai ser canalizado um dia. Na visão da educação, o termo que eu uso é "cultura do lixo". Nossa região está mudando a cultura do lixo.



Emílio ouve as reivindicações dos catadores no aterro de Urussanga

## Energia elétrica

## Agricultores exigem critérios específicos para cobrança

(fotos Jonas Lemos Campos)

A alteração do critério de cobrança tarifária da energia elétrica das propriedades rurais, que passou a ser feita por localidade descartando a atividade, após resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica-Aneel, redundou em aumento de 100% no valor que os agricultores pagam pela energia, trazendo mais dificuldades ao segmento da agricultura familiar catarinense.

Cerca de 20 mil famílias foram atingidas pela medida, segundo informação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina-Fetaesc. Algumas propriedades se localizam em perímetro urbano. O agricultor José Carlos Folster diz que até abril pagava em média R\$ 50,00 por mês e após a alteração, o valor de sua conta já chegou a R\$ 130,00. "Isso está comprometendo todo o orçamento da minha família. O nosso rendimento médio é de R\$ 500,00. E pagando a luz sobra muito pouco para outras despesas". A situação fica mais crítica no interior do estado. Em São Miguel do Oeste, região do extremo oeste, a renda

média do agricultor fica em torno de R\$ 260,00, informa José Carlos Dresch, representante da Fetaesc.

A pedido do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz e da Fetaesc, a Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), realizou audiência pública na tarde de quinta-feira (19), naquele município, para discutir uma estratégia para buscar a reversão da medida. Também estava presente na discussão do assunto, o deputado Lício Mauro da

Silveira (PP).

Mariani defende um encaminhamento político junto ao governo federal, através dos senadores e deputados federais catarinenses, inclusive com a realização de uma audiência com o Ministério das Minas e Energia, mostrando que a realidade do modelo econômico de Santa Catarina é diferenciada com forte participação da agricultura familiar. "Vamos exercer pressão para que a Aneel e o Ministério das Minas e Energia revejam o decreto e resolução que alterou os critérios para que a cobrança seja re-



Martins, da Celesc, explica que a norma independe da Celesc



Agricultores exigem retorno dos antigos critérios de cobrança

alizada de acordo com a comprovação da atividade exercida", defende.

Carlos Alberto Martins, representante da Agência Regional da Celesc em Florianópolis, diz que há toda a disposição em auxiliar os agricultores no processo necessário para a reversão, mas não é possível uma iniciativa da estatal sob risco de penalização. "A Celesc é submetida as regras determinadas pela Aneel, que é o órgão regulador do setor".

No sul do estado, no município de Içara, duas mil famílias foram atingidas pela medi-

da, mas já encontraram um caminho junto a Cooperativa de Eletrificação Rural. Com a apresentação de documentos comprobatórios do exercício da atividade rural como certidão do Instituto Nacional de Crédito e Reforma Agrária-Incra, bloco de notas do produtor rural e declaração sindical, os agricultores pagam a tarifa diferenciada da urbana. A Fetaesc pretende, caso a medida seja revertida, buscar junto a justiça reaver os valores pagos a mais. (SD)

## Polêmica em Plenário

A absolvição do ex-governador do Estado, Paulo Afonso Vieira, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), quanto à acusação de crimes contra o sistema financeiro nacional, esquentou os embates no Plenário na tarde de quarta-feira, principalmente entre lideranças do PP e PMDB. Durante seu pronunciamento, o deputado peemedebista Rogério Mendonça - Peninha leu uma matéria, paga pelo ex-governador, mostrando o seu lado da história. Em contrapartida, o pepebista Joares Ponticelli explicou que o atual deputado federal está livre da acusação de

crime contra o sistema financeiro nacional no episódio da emissão de letras do Tesouro Estadual para pagar precatórios (dívidas judiciais) inexistentes em 1996, mas ele ainda responde por crime de falsidade ideológica - pela emissão da ordem de serviço, e à ação cautelar impetrada pelo então PPB (hoje PP), que pede a anulação das letras, entre outros.

Peninha lembrou que governadores de outros estados, que também se envolveram no caso das letras, da mesma forma foram absolvidos. "Inclusive os ex-prefeitos de São Paulo, Celso Pitta e Paulo Maluf". Pontice-

lli falou sobre "a capacidade dos peemedebistas de inverterem as coisas". Ele declarou: "Pensei que tinha visto tudo, mas essa comemoração é absurda. A enganação é maior que se imagina. Eles devem achar que somos tolos. Que coragem".

O servidor público também foi lembrado. O líder do PP disse que está preocupado com o que os servidores públicos catarinenses devem estar pensando neste momento, pois a maioria deles demorou meses para se recompor das dívidas que adquiriu no governo de Paulo Afonso (de 1995 a 1999). (DAB/GMP)

## Contribuintes

O Plenário aprovou nesta semana o Projeto de Lei nº 262/04, de origem governamental, que altera a Lei nº 3.938, de 26 de dezembro de 1966, que determina que o Conselho Estadual de Contribuintes entrará em recesso durante o mês de janeiro, ocasião em que os servidores gozarão das férias regulamentares. Conforme justificativa assinada pela Secretaria Estadual da Fazenda, a medida vem corrigir uma impropriedade da legislação em vigor que trata de férias coletivas.

Somente os servidores podem gozar férias, pois o Conselho, de composição paritária, tem metade de seus membros indicados pelas entidades representativas dos contribuintes. A concentração de férias no mês de recesso garante a atividade regular do órgão de julgamento durante seu período de funcionamento, o que não aconteceria se cada câmara tirasse férias em períodos desencontrados. (RV)

## Conselho Federal de Jornalismo

## Agenda

**Dia 26, 10h** - Lançamento do Comitê Estadual de Apoio ao Conselho Federal de Jornalismo  
**Local:** Plenarinho

O projeto de lei que cria o CFJ (Conselho Federal de Jornalismo) e o CRJ (Conselho Regional de Jornalismo), que tramita no Congresso Federal, foi debatido na quarta-feira (18) entre os deputados Reno Caramori (PP) e Afrânio Boppré (PT). Caramori acredita que com a criação desse órgão a imprensa voltará a ser censurada como no período da ditadura militar. "Ficamos anos lutan-

do contra a censura e agora o presidente Lula quer que ela volte!"

De acordo com Afrânio, o CFJ regulamentará a profissão, não é um instrumento para impor qualquer tipo de censura. "O presidente não está tentando censurar os jornalistas, pelo contrário, quer criar uma autarquia com essa finalidade". Reno informou que voltará a falar no assunto.

O projeto de lei surgiu na

própria categoria e sua redação final foi concluída em setembro de 2002, mas só neste ano foi entregue ao governo. É atribuição direta do Poder Executivo mandar para o Congresso Nacional projetos de lei que criem autarquias. Embora o anteprojeto seja de uma categoria profissional, criar esse órgão de auto-regulamentação é papel da Presidência da República. (DAB)

# Envelhecer com qualidade

Tatiana Kinoshita

Estudos demonstram que, entre os anos de 2020 e 2025, o Brasil ocupará o sexto lugar entre os países com população na faixa etária de 60 anos ou mais. Garantir que esse contingente tenha uma aposentadoria digna é uma responsabilidade atribuída não só aos governantes, como também à sociedade. O município de Jaraguá do Sul prima pelo atendimento que oferece aos seus 7.950 idosos, através de políticas públicas que rendem benefícios, serviços e projetos que dão apoio, assegurando a promoção, prevenção e proteção a esta importante parcela da população.

Atualmente, os idosos jaraguenses contam com três programas, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, que proporcionam a eles a oportunidade de desenvolver várias atividades. O Centro de Convivência da Terceira Idade, localizado no pavilhão B do Parque Municipal de Eventos, oferece várias oficinas e eventos orientados por uma equipe formada por educadores sociais em educação física, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, agentes comunitários e agentes de serviços gerais.

Os atuais 2.500 frequentadores do Centro possuem um espaço de 1.200 metros quadrados, no qual promovem oficinas de cozinha experimental (com edição do livro "Receitas da Vovó"), artesanato, jogos interativos, curso de dança de salão, um coral chamado Voz Ativa, caminhadas e muito mais.

Segundo a coordenadora do programa, Tânia Regina da Graça Nunes, é comum ouvir os idosos "reclamarem" da falta de tempo em suas agendas para partici-



Tânia Nunes, coordenadora do programa

par de tantas atividades. "Trabalhamos em conjunto com a AGTI (Associação dos Grupos da Terceira Idade), uma ONG que conta com a ajuda de 250 voluntários e atende 30 grupos distribuídos em várias comunidades do município", explicou. "Procuramos oferecer atividades que tirem os idosos de casa, como viagens, e façam com que eles interajam com outras pessoas, como participar de palestras com temas atualizados", completou.

Já para atender os idosos acamados, doentes e carentes de recursos e informação foi elaborado o Programa de Atendimento Domiciliar e Asilar ao Idoso, pioneiro em Santa Catarina. Desde 2000, este programa atende o idoso em sua casa, através de uma assistente social e um agente comunitário, liberando benefícios confor-



Desfile pelas ruas de Jaraguá, da banda musical da terceira idade

me a necessidade (fraldas, alimentação, cadeiras de rodas e banho, colchão d'água e cama hospitalar). "Também encaminhamos as situações a outros serviços como saúde e justiça e o que mais for necessário para efetivar os direitos dos idosos", afirmou a assistente social Euci Cristofelini. "Já nos deparamos com casos de abandono total do idoso, como o de um senhor de 68 anos que estava doente e completamente desamparado. Procuramos seu filho e o informamos sobre o Estatuto do

Idoso, mas mesmo assim o pai teve que entrar com um processo contra o filho, para poder receber ajuda, tanto financeira, quanto emocional", contou.

Para o agente comunitário Políbio Radtke, a negligência com o idoso é cultural no Brasil. "Muitos pensam que velho é inútil, tem que ficar em casa e não precisa de conforto. Precisamos mudar essa concepção através da educação ainda na escola, para eliminar esse tipo de pensamento", argumentou.



A interação entre os idosos, a partir de atividades diversas, é estimulada pelos voluntários

## Começar de novo

O aposentado Romoaldo Diemon, de 64 anos, começou a dar outro significado para a vida após correr risco de morte por conta de uma pneumonia dupla, curada, segundo ele, graças a um milagre de Nossa Senhora Aparecida. "Descobri que a pessoa só envelhece se quiser, pois se tiver vontade de viver a gente chega aos 90 com mente e saúde de 30", comentou Romoaldo, que frequenta o Centro de Convivência há 45 dias. "Se não tivesse os meus amigos do Centro, provavelmente iria pescar sozinho, mas agora tenho muitos amigos para jogar bocha e já virei até professor", completou animado.

As atividades que o Centro oferece acabaram por substituir vários remédios que a dona de casa Irena Fauth Persike, 61 anos, era obrigada a tomar todos os dias. Desde 1998, Dona Irena, como é conhecida, mudou seus hábitos quando começou a frequentar o local. "Antes, mal saía de casa e ficava muito triste. Agora participo de inúmeras atividades, como pintar e cozinhar. Já tenho várias receitas publicadas no livro Receitas da Vovó", contou.

Jaraguá do Sul é hoje considerada uma das melhores cidades do Brasil para o idoso viver e seus projetos são modelo para outros municípios e até outros estados.



Dona Irena passou a não precisar mais de tantos remédios